

IRSA - CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL (01/10/2025 A
20/01/2026) - IRSA 25 - HYDROSOCIAL TERRITORIES AND WATER
(IN)JUSTICE IN RURAL WORLDS

INJUSTIÇA AMBIENTAL E ARENA HIDROSSOCIAL NA BACIA DO RIO URUGUAI

Silvana Terezinha Winckler (silvanaw@unochapeco.edu.br)

Arlene Anelia Renk (arlene@unochapeco.edu.br)

Julio Cesar Da Silva (julio.s@unochapeco.edu.br)

Rafael Terras (orafael@unochapeco.edu.br)

A emissão de decretos de utilidade pública e de outorgas de uso da água antecedeu o licenciamento ambiental de uma dezena de usinas hidrelétricas, concedendo o aval estatal à conversão da bacia do rio Uruguai em infraestrutura para a produção de energia. Inserido no discurso do “desenvolvimento”, o projeto hidroenergético, financiado pelo BNDES e integrado ao PAC, transformou profundamente o rio e inviabilizou a pesca artesanal, condenando a categoria profissional ao desaparecimento. Diante desse cenário, o Plano Nacional de Bioeconomia – em construção - e o Plano Nacional da Pesca Artesanal - Portaria n. 269/2024 - surgem como políticas que poderiam favorecer os pescadores. O objetivo do texto é analisar a arena

hidrossocial da bacia Uruguai, suas relações com essas políticas públicas e seus efeitos no cotidiano dos pescadores, a partir do caso da UHE Foz do Chapecó. A pesquisa é qualitativa, baseada em estudos bibliográficos, documentais e trabalhos de campo realizados ao longo de duas décadas. A transformação da bacia em uma sucessão de reservatórios alterou a morfologia fluvial: o ambiente lótico tornou-se lântico, a qualidade da água foi degradada pela biomassa acumulada e espécies típicas de corredeira desapareceram. O rio, antes fonte de sustento, sociabilidade e memória, foi substituído pelo hidronegócio, num processo de financeirização da natureza. Comunidades ribeirinhas, pescadores e agricultores sofreram danos materiais e imateriais, em grande parte irreparáveis. As indenizações, quando existentes, mostraram-se insuficientes, e poucos pescadores foram incluídos em medidas mitigatórias. Passadas duas décadas, conflitos entre pescadores e a indústria de barragens são tratados pelo Poder Judiciário, que tende a privilegiar a legalidade das obras em detrimento de sua legitimidade social. Em princípio, as novas políticas públicas não trazem respostas aos problemas analisados. A mobilização dos pescadores volta a ser necessária para assegurar a participação em sua elaboração e implementação, com base na experiência local.

Palavras-chave: arena hidrossocial; barragens; injustiça ambiental; pesca artesanal; rio uruguai.